

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR – 4.ª edição (2014-
2015)**

VERA LUCIA SANTIAGO

CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A ESCOLA

PORTO ALEGRE

2015

VERA LUCIA SANTIAGO

CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca de avaliação do Curso como requisito obrigatório para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar do Curso de Especialização em Gestão escolar, na modalidade a distância da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa.Dra. Ana Paula Krumel

PORTO ALEGRE

2015

RESUMO

O Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do sul me trouxe a oportunidade de ampliar meus conhecimentos, valorizando as experiências individuais e as necessidades profissionais, melhorando meu desempenho frente às adversidades do dia a dia. Analiso aqui as ações realizadas em prol de desenvolver o Projeto de Intervenção desenvolvido com base na metodologia da pesquisa-ação (FRANCO 2005) proposto com o foco de construir o Projeto Político Pedagógico para a escola em que trabalho na zona norte de Porto Alegre, no período de dezembro de 2014 a julho de 2015. O foco do projeto de intervenção foi na elaboração do Projeto Político Pedagógico, visando à participação dos segmentos em seu desenvolvimento, com base nos autores: Veiga (2013), Carbelo (2007) e Gandin (1999), dentre outros. O projeto de intervenção tinha como objetivo geral elaborar o PPP da escola valorizando a participação da comunidade escolar com suas diferenças e individualidades e dessa forma contribuir para a formação de um Projeto Político Pedagógico que contribua para a formação plena de cidadãos conscientes e participativos na dimensão social e cultural. A Pesquisa Ação (FRANCO, 2005, TRIPP, 2005) embasou metodologicamente o projeto, por prever a participação dos envolvidos, inclusive do pesquisador/proponente. Embora a temática do projeto tenha sido uma necessidade do grupo e da escola que trabalho, encontrei resistência e algumas dificuldades práticas que atrasaram seu desenvolvimento.

Palavra- chave: Gestão Escolar. Participação. Projeto Político Pedagógico.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	5
REFERENCIAL TEÓRICO	7
REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	14
AÇÕES ANALISADAS	18
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	20
REFERÊNCIAS	22

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC versa sobre a análise do Projeto de intervenção - PI elaborado e desenvolvido como principal atividade da sala Projeto Vivencial do Curso de Especialização em Gestão Escolar, ofertado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em parceria com o Ministério da Educação – MEC, o qual desafiou aos cursistas a desencadear um processo de construção ou reelaboração (total ou enfocando uma temática específica) do Projeto Político-pedagógico – PPP das escolas de atuação.

A escola municipal na qual apliquei o PI está inserida em uma comunidade com um perfil de lutas, que se formou a partir de uma ocupação irregular em 1987 dos prédios inacabados da Habitasul no bairro Parque dos Maias, zona norte da cidade de Porto Alegre.

A escola, fundada no ano de 1992, veio de uma necessidade da comunidade que a apresentou como demanda no Orçamento Participativo - OP da cidade.

A construção da escola foi inspirada nos Pressupostos de Jean Piaget e foi nomeada na época como “arquitetura construtivista”, pois visava favorecer uma intervenção com base nessa teoria de desenvolvimento na aprendizagem.

A escola completou neste ano de 2015, portanto, vinte e três (23) anos, atende 687 alunos, conta com sessenta e dois (62) servidores do quadro, treze (13) terceirizados, nove (09) oficineiros e duas (02) estagiárias. E dispõe de uma equipe diretiva bastante atuante. Atende ao ensino fundamental em três turnos e à etapa da Educação infantil no turno da tarde, apenas com uma turma de “Jardim B”. No diurno o currículo é organizado por Ciclos de formação, pela manhã alunos do 1º ao 5º ano, divididos em 1º e 2º Ciclos e à tarde alunos do 6º ao 9º ano, final do 2º ciclo e 3º ciclo. À noite a modalidade de ensino é a Educação de Jovens e Adultos - EJA atendendo alunos das totalidades iniciais e finais.

A escola já passou por dois processos de construção do PPP, porém não concluiu nenhum deles, por diversos obstáculos, no momento a Secretaria Municipal de Educação – SMED está demandando às escolas a reelaboração de suas propostas pedagógicas, já que o PPP em vigência está em descompasso com as

práticas efetivas, sendo este o compromisso principal desta gestão e do projeto de intervenção. Acredito que estas tentativas anteriores não concluídas e uma greve no mês de maio tenham sido dois dos motivos da resistência que percebi no grupo de professores para retomar a elaboração do PPP.

Justifico o foco do PI na construção do Projeto Político Pedagógico, já que a escola ainda não tem o seu PPP concluído. Embora a escola tenha feito tentativas anteriores de elaboração do seu projeto político pedagógico sem concluir, ela retomou as discussões e debates para efetivar esta elaboração recentemente e acredito que devemos considerar estas discussões, na retomada ou aplicação do projeto de intervenção.

Ainda vemos como necessária a qualificação da participação dos quatro segmentos na construção do nosso PPP. Em reunião/ assembleia do segmento pais em que acompanhei percebi nas falas dos pais a vontade de participar e conhecer melhor as propostas pedagógicas da escola, que para eles não é clara ou conhecida. Todos os segmentos devem ser ouvidos e valorizados neste trabalho. A participação da comunidade no âmbito escolar é algo apontado por Veiga (2005), Carbello (2007) e Oliveira (2007).

A base metodológica do PI foi a Pesquisa Ação (FRANCO, 2005; TRIPP, 2005), orientação da sala PV, pois é fundamentação que permite ao pesquisador-curso- gestor ser ao mesmo tempo o proponente do projeto e fazer parte de seu desdobramento, em processo de participação coletiva.

Este TCC, além da introdução, foi construído com mais quatro seções, apresentadas a seguir: o referencial teórico, o referencial metodológico, as ações analisadas e considerações finais, apresentando analiticamente um processo ainda inconcluso, mas que já permite perceber a riqueza desse movimento de construção.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais teóricos apresentados neste trabalho constituem a base legal e teórica para as análises apresentadas ao longo deste TCC. Esta base teórica foi selecionada a partir de uma concepção de gestão escolar democrática, por ser esta a linha orientadora do Curso.

Se observada à história da educação brasileira podemos dizer que vivemos em um período de muitas mudanças, mudanças estas que vem a favorecer a sociedade. Dentro destas mudanças podemos citar a proporcionada a partir da década de 80, pelo Art. 206 inciso VI da Constituição Federal de 1988, que garante a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”, reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que diz em seu Artigo 3º inciso VIII “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”, como diz Carbello (2007, p.2).

A gestão democrática prevista em lei força a escola pública a prover mudanças de concepções e a se reorganizar, adequando-se à nova realidade. A escola vem se reelaborando desde então, mas ainda estamos longe do ideal. No mesmo passo, a sociedade também está em mudança e exige da escola as renovações que permitam o crescimento da cidadania e a superação das desigualdades sociais. Escola e comunidade querem formar indivíduos autônomos, críticos, capaz de intervir para transformação da sociedade. Neste sentido o texto de Medeiros e Luce (2006,p.6) diz:

Para isso, a organização democrática, aquela que visa objetivos transformadores, não pode prescindir da participação efetiva dos envolvidos, dos interessados, nas deliberações da escola, ao mesmo tempo que exige do Estado as condições para sua autonomia e funcionamento qualificado. Frisa-se aqui a necessidade da participação de todos, pais e estudantes, e não só da direção dada pelos funcionários públicos, evitando-se assim a supremacia dos interesses corporativos aos interesses educacionais coletivos; e a necessidade de recursos públicos suficientes para a manutenção das escolas, evitando processos de privatização que, de forma camuflada ou explícita, demandam que a escola organize processos de captação de recursos. (MEDEIROS; LUCE, 2006,p.6)

A participação é palavra chave para uma escola democrática, na qual a administração escolar é partilhada entre dirigente, pais alunos, professores e funcionários envolvendo a todos nas tomadas de decisão.

A democracia conceito que se originou na Grécia antiga (demo=povo; kracia=governo) só passou a fazer parte de nossas vidas recentemente, nos últimos trinta anos, pouco tempo para aprender a desenvolvê-la plenamente, já que no nosso país tivemos mais períodos de autoritarismo do que momentos de vivência democrática.

A democracia, através da participação na escola, vem avançando de forma significativa e as políticas públicas têm colaborado abrindo espaço para conselhos escolares, conselhos de classe, grêmios estudantis, eleição de diretores, estimulando e até mesmo forçando a participação pelos instrumentos legais.

Também é importante olharmos o que diz o Art. 205 inciso VI da Constituição Federal de 1988 sobre os direitos a educação para o cidadão brasileiro:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Por longos anos a educação em nosso país foi privilégio de poucos mais abastados, ficando grande parte dos cidadãos mais pobres excluídos deste direito. Por isso, com diz Cury (2005), a escola tem o compromisso de levar aos excluídos a possibilidade de saber e exercer seus direitos de cidadão. E o gestor por sua vez o compromisso de assumir seu papel, liderando em sua escola a efetivação destes direitos, dando oportunidade e condições a seus alunos para sistematizar conhecimentos em prol da ampliação dos saberes que garantirão novas perspectivas de vida e assim a escola poderá garantir que diminuirá as desigualdades para chegar ao nível de igualdade que desejamos. Cury ainda diz que:

A educação escolar é um bem público de caráter próprio por implicar a cidadania e seu exercício consciente, por qualificar para o mundo do trabalho, por ser gratuita e obrigatória no ensino fundamental, por ser

gratuita e progressivamente obrigatória no ensino médio, por ser também dever do Estado na educação infantil. (2005,p.2)

No mundo em que vivemos, cada vez mais globalizado e marcado pela diversidade cultural, devemos pensar a educação como meio de preparar o cidadão para além do que se fazia até então. Pensar o alunado como sujeitos que devem ter a oportunidade real de exercer a cidadania e assim trazer-lhe a transformação social.

A educação emancipatória rompe com os padrões educativos que estamos acostumados e provoca uma necessidade de reformular os currículos e o pensamento do professor. Mostra aqui a necessidade da articulação com o projeto político pedagógico da escola, bem elaborado com a participação da comunidade escolar. A escola como diz Veiga é o espaço ideal para desenvolver as relações e, portanto também a participação.

A escola é um espaço relacional, um espaço sujeito a compromissos, colaboração e participação. É um espaço organizado de forma plural e diversa, que permite compreender a natureza desse espaço em que se desenvolvem as relações entre indivíduos de diferentes culturas e onde também ocorrem comportamentos, tradições, costumes, idéias, opiniões, valores, expectativas, anseios, rotinas, entre outros. (VEIGA,2013,p.160).

Hoje a educação escolar precisa ser o caminho de instrumentalizar os indivíduos em prol da emancipação e desalienação do cidadão. Dar-lhe a chance de mudança. E o projeto político pedagógico dá os subsídios necessários para a melhoria das praticas escolares e por consequência a melhora na qualidade do ensino. A gestão escolar deve estar repleta de ações que favoreçam a qualidade social da educação, pois ao contrário estará favorecendo uma escola excludente.

Para isso a gestão publica e democrática precisa romper com as antigas praticas autoritárias que segregam e excluem. É preciso ampliar a participação de toda a comunidade escolar nas decisões e na avaliação. A questão é não sabemos realmente como fazê-lo e precisamos procurar alternativas que favoreçam a participação.

Como este projeto tinha o objetivo de elaborar o Projeto Político Pedagógico da escola foco, devemos dar uma olhada nos Art.14º e Art. 15 que deixam clara a

autonomia das escolas para gerenciar os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros conforme LDB 9394/96:

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15º. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996)

O sentido maior que vejo nas escolas é o desejo de fazer a diferença na vida de seus alunos e por consequência na vida da comunidade. E para tanto percebo a necessidade do planejamento, mas um planejamento que englobe as necessidades do grupo e que mostre o caminho que devemos percorrer. É comum vermos dentro da escola bons trabalhos, mas que estão isolados e, portanto não atingem toda a plenitude que poderiam. Se dentro da escola os professores não conseguem planejar juntos, trocando conhecimentos e enriquecendo mais o fazer pedagógico o que diremos de um planejamento coletivo que englobe alunos, pais e funcionários também. Tarefa difícil que romperá as barreiras de uma escola que ainda não conhecemos, mas desejamos.

Quando não planejamos coletivamente o fazer pedagógico se torna ineficaz a escola fica repetitiva e não avançamos no que tange o desenvolvimento pleno do cidadão, pois com diz Gandin “o projeto político pedagógico precisa levar a ação(mas não qualquer ação, como veremos na sequência) e para isso precisa ter qualidade.” (2006,p.1)

É preciso quebrar com nossos hábitos individualistas e incluir no planejamento escolar a participação, desejo e a realidade de toda a comunidade escolar, para que nós educadores possamos tocar realmente o “coração” de nossa comunidade e tornar a escola menos excludente e mais justa, até porque o que é planejado em conjunto acaba por se tornar compromisso e desejo de todos e a educação se torna muito mais eficaz.

O Projeto Político Pedagógico, quando construído coletivamente, empresta à escola e à comunidade uma identidade que fundamentará a formação de cidadãos autônomos e críticos, já mencionado antes. É aí que entra o papel da Gestão Democrática, oportunizando espaços de discussão que garanta a participação de todos. A Gestão Democrática e a participação coletiva vão ser garantidas com o envolvimento das instâncias colegiadas, que no caso da escola em questão, estão representadas pelo Conselho Escolar, Conselho de Classe e Grêmio Estudantil.

O Conselho Escolar, órgão representativo da comunidade escolar formado por professores, pais, alunos e funcionários, tem função deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, auxiliando na gestão escolar. Em nossa realidade esta participação ainda é fraca precisando se desenvolver mais.

Já o Conselho de Classe obteve nesta escola avanços significativos no que se refere à participação de professores, supervisor e orientador, mas poderia se qualificar mais abrindo para a participação dos alunos e desenvolvendo o foco do conselho, ampliando a discussão de avaliação para além de conceitos. Vejo como necessário a reflexão sobre as relações professor/aluno e análise de suas práticas pedagógicas.

Nesta escola o Grêmio Estudantil está apenas começando, tendo poucos anos de caminhada e vejo como responsabilidade da gestão escolar garantir espaço e condições para seu desenvolvimento.

Quando a escola foi construída, sua arquitetura e projeto pedagógico foram pensados, planejados, para seguir um modelo de intervenção construtivista, orientado pelo pensamento de Paulo Freire e Jean Piaget. O Projeto Pedagógico e o Regimento Escolar foram inicialmente “decretados”, já que a escola estava começando e é de praxe receber, no início do seu funcionamento, documento já elaborados. Mais tarde, com o processo Constituinte Escolar vivenciando na rede municipal de ensino de Porto Alegre do ano de 1994 até 2000, os ciclos de formação foram ganhando espaço e apesar da escola não ter feito essa opção, teve de aceitar, em conjunto com outras seis escolas, a Proposta Pedagógica e o regimento escolar que ordenava a organização curricular por ciclos de formação. Embora essa trajetória de imposições, o projeto pedagógico emprestava uma identidade e uma unidade na forma de trabalho.

Estas são características que foram se perdendo ao longo dos anos e hoje a escola do construtivismo e da unidade de trabalho só se mantém na arquitetura.

Vejo a necessidade de buscar e construir coletivamente uma nova identidade na forma de trabalho, planejamento e metodologias, para tanto é preciso fazer aquelas velhas perguntas que nos acompanham: Que escola temos? E que escola queremos? Como realizar a escola que queremos?

Nesta estruturação e planejamento a escola só passa a ter significado quando mobilizamos a todos os professores, alunos pais e funcionários a participar desta reformulação, assim só posso concordar com Luis Armando Gandin (2006, p.1) quando ele inicia seu artigo dizendo “trato de defender a importância da construção coletiva de um projeto político pedagógico [...] nas escolas.”

Para cada um e o coletivo se reconhecer como parte importante da escola, a participação de todos passa a ter um papel fundamental no sentido que juntos vamos fazer as escolhas educacionais que nos levarão para uma sociedade mais justa, respeitando a diversidade cultural em que nos encontramos.

Construir um PPP é uma tarefa muito difícil, mas necessária para garantir a autonomia da escola. É ele que vai dar a identidade que a escola busca e como diz Veiga:

O projeto político-pedagógico é o documento da identidade educativa da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas. Como proposta identitária, o projeto político- pedagógico constitui-se em uma tarefa comum do corpo diretivo e da equipe escolar e, mais especificamente, dos serviços pedagógicos (coordenação pedagógica, orientação educacional). A estes cabe o papel de liberar o processo de construção, execução e avaliação do projeto, contando com a valiosa participação de todos. (VEIGA, 2013,p 163)

Normalmente apenas os gestores e os professores é que tem uma participação efetiva e uma compreensão do que um PPP pode oferecer a escola sendo nossa busca no momento incluir os alunos, pais e funcionários nesta construção, para que o nosso PPP tenha realmente a participação e envolvimento de todos, valorizando o saber como um direito de todos. Oliveira afirma:

As pressões para que as escolas se ajustem às mudanças em curso estão trazendo implicações substantivas para a construção do projeto político-

pedagógico (PPP) da escola, uma vez que este nem sempre passa a representar o corpo e a alma da escola, ou melhor, o que ela realmente é, o que a caracteriza e orienta a ação educativa. O PPP da escola, deve de fato mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nessa direção, o PPP ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim o PPP deve expressar qual o Cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2005,p.1)

Então construir um PPP com a participação de toda a comunidade escolar, remete a escola a ter uma identidade sólida e a se pensar em favor do crescimento do cidadão levando-o a fazer uma leitura de mundo mais crítica. A escola se torna mais inclusiva e justa. Dai a importância da construção deste documento para além das necessidades legais e sim com a preocupação com a qualidade do ensino. É de suma importância que o PPP expresse a realidade da escola, por tanto, o fazer coletivo é que vai abrir a possibilidade de a comunidade escolar se reconhecer nas ações educativas amarrando-as de forma coesa e qualificar o currículo escolar.

A construção coletiva do PPP na escola leva a uma reflexão de como o ambiente escolar está e de como poderemos melhorá-lo, pensando na formação do alunado como cidadãos críticos e criativos, pois vejo que diferente do que se pensava antigamente de educação como preparação para o trabalho, hoje preparamos o indivíduo para a vida em uma sociedade que vive mudanças aceleradas.

Construir um Projeto Político Pedagógico requer mobilização da comunidade em torno do que se quer na educação de suas crianças, jovens e adultos. O PPP precisa estar repleto das convicções educativas desta comunidade escolar. Portanto a participação de todos deve ser garantida para que a comunidade escolar se aproprie do que esta sendo feito e lhe dê sentido.

REFERENCIAL METODOLÓGICO

Embora no momento me coloque como pesquisadora, também faço parte do contexto pesquisado, sendo assim estou diretamente envolvida nas necessidades da escola foco.

Por isso, entre as possibilidades de modelos de pesquisa é a pesquisa-ação que melhor contribuiu com este trabalho, pois ela nos dá o indicativo de reflexões de nossas práticas tornando-as mais eficientes para o objetivo que temos de formar cidadãos mais críticos e criativos.

Pesquisa-ação significa, como diz Richardson (s.d, p.1), “produzir mudanças (ação) e compreensão (pesquisa).” Isto indica que independentemente de onde vamos aplicar a pesquisa-ação, ela poderá ter uma importante contribuição para mudanças no objeto pesquisado, que no caso deste trabalho se refere a construção do projeto político pedagógico da escola foco da pesquisa.

Mas diferente dos demais modelos de pesquisa, a pesquisa-ação consegue envolver pesquisador e pesquisado podendo melhorar as práticas dos que dela participam. Pois a pesquisa-ação oportuniza a possibilidade de o grupo identificar o seu “problema”, agir, refletir e avaliar sua condição para mudar a sua própria realidade como diz Richardson em seu artigo:

O pesquisador deve ajudar a criar um ambiente de confiança entre os integrantes da associação e a comunidade externa. Deve conscientizar os membros do grupo, no sentido de uma responsabilidade compartilhada por todos os integrantes. (s.d,p.1)

Podemos conceituar a pesquisa-ação como sendo a busca de transformação colaborativa, vindo da necessidade que um grupo, no meu caso minha escola, percebe e solicita a intervenção. Esta pesquisa-ação para ser crítica deve “mergulhar na práxis do grupo social em estudo [...], sendo as mudanças negociadas e geridas no coletivo.” Como diz Franco (2005,p.486)

Observo como relevante colocar que existe uma diferença importante entre a pesquisa-ação e os demais métodos de pesquisa que também é muito significativa para a realidade das escolas assim como a escola que pesquiso e sou pesquisada é

a participação das pessoas envolvidas, pois se há o objetivo de mudar a realidade vivida esta mudança para ser eficaz e justa precisa ter participação da comunidade pesquisada. Pois podemos dizer que as pessoas aceitam melhor as mudanças quando a decisão foi captada do grupo. (FRANCO, 2005; RICHARDSON, s.d)

A pesquisa-ação ainda como diz Franco (2005) é uma pesquisa pedagógica, pois esta impregnada dos fazeres da escola é um exercício pedagógico e uma ação que transforma a prática educativa em científica.

A pesquisa-ação é uma metodologia que serve bem ao propósito educacional, por permitir que o pesquisado também seja o pesquisador. Permite aos agentes experienciar o motivo de sua pesquisa. Permite que ao mesmo tempo a pesquisa possa intervir na realidade e provocar mudanças.

A Pesquisa-ação privilegia justamente uma das buscas da gestão democrática, o respeito e valorização das opiniões. Propondo mudanças que serão definidas no grupo. Franco afirma:

É também por isso que tal metodologia assume o caráter emancipatório, pois mediante a participação consciente os sujeitos da pesquisa passam a ter oportunidade de se libertar de mitos e preconceitos que organizam suas defesas á mudança e reorganizam a sua auto concepção de sujeitos históricos. (2005, p.486)

A pesquisa-ação deve partir da necessidade do grupo e não ser imposta, pois só assim é acolhida e fará a diferença para este grupo, deve ser feita em cooperação, pois ela inicia na pratica do grupo é reestruturada e retorna a prática ela propõem um pensar permanente sobre nossas práticas. A pesquisa se relaciona com a ação, produz o conhecimento que retorna para a ação.

Quando a pesquisa-ação é feita no coletivo, unindo pesquisador e pesquisado e realizada no próprio local em que as práticas acontecem, acaba por privilegiar a análise das suas próprias práticas, tornando mais fácil, como já foi mencionado anteriormente, a aceitação da mudança. E como diz Franco:

Quero com isso esclarecer que a pesquisa-ação, estruturada dentro de seus princípios geradores, é uma pesquisa eminentemente pedagógica, dentro da perspectiva de ser o exercício pedagógico, configurado como uma ação

que cientificiza a prática educativa, a partir de princípios éticos que visualizam a contínua formação e emancipação de todos os sujeitos da prática. (2005,p.489)

A pesquisa-ação permitirá a elaboração do PPP na escola, indicando uma caminhada de compreensão e conhecimento de nossa realidade e propondo as mudanças necessárias para um avanço significativo (para melhor) desta realidade.

Através da pesquisa, identificar o que de bom está sendo desenvolvido dentro do ambiente escolar assim como problematizar o que não tem dado os resultados esperados nas práticas escolares.

Ainda é importante dizer que o processo da pesquisa-ação tem como etapas o diagnóstico, onde se identifica o problema, o planejamento da ação, onde se analisa as possibilidades de solução do problema, a ação, neste caso realizar o PPP, a avaliação, onde entra a análise do que foi feito o que leva a reflexão sobre as aprendizagens desenvolvidas.

Organizar um grupo de trabalho para gerenciar o desenvolvimento do projeto, chamar a participação professores, alunos, funcionários e pais, para dar legitimidade ao trabalho. Envolver os quatro segmentos através do conselho escolar e o Grêmio Estudantil.

A participação dos segmentos poderá acontecer através de entrevistas e questionários. Também através reuniões com professores, alunos líderes de turma, grêmio estudantil, funcionários e pais. Registro de todas as etapas contribuindo com material escrito a formação de um portfólio que irá dar suporte ao trabalho. Trocar informações e discussões utilizando de ferramentas da internet como e-mail ou outros. Analisar relatos e documentos anteriores da comunidade escolar.

Outro aspecto fundamental é prever espaço para avaliação do processo como um todo, no que foi útil e no que contribuiu para reflexão do que se alcançou durante o projeto e pensando na aplicação do PPP, para dar sentido a todo trabalho desenvolvido.

A pesquisa se valeu de reuniões, aplicação de questionários, palestras, desenvolvimento de projetos (evento) pedagógicos e produção de material com os temas necessários ao PPP, exposição de fotos, conversas individuais e em

pequenos grupos par colher as informações e garantir a participação de todos os segmentos.

AÇÕES ANALISADAS

Após o período de preparação do projeto de intervenção no curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, levei o PI para a escola para ser primeiramente apresentado e analisado pela equipe diretiva, então em dezembro de 2014 o PI foi levado ao conhecimento da equipe diretiva da escola sendo aprovada sua aplicação.

Ainda em dezembro de 2014, participei de assembleia do segmento pais, conduzida pelo conselho escolar, para debater no segmento as demandas para a melhoria da escola, em relação ao espaço físico e melhorias educacionais. A participação foi pequena, mas os que estavam na reunião apresentaram boas propostas.

De fevereiro a março foram feitas reuniões de planejamento da construção de Projeto Político Pedagógico, neste período também foi iniciada a escrita de identificação da escola e da mantenedora.

Desenvolvemos de março a abril o projeto “Nosso bairro Nossa cidade” aproveitando o período do aniversário de Porto Alegre. O posto de saúde contribuiu com palestras de agentes comunitárias que estão na comunidade desde a ocupação irregular acontecida em 1987 e exposição de fotos antigas do bairro e da escola. Também aconteceram visitas, algumas turmas caminharam pelo bairro conhecendo as praças e outras fizeram um “tour” pelos pontos turísticos de Porto Alegre. Estes trabalhos resultaram em uma mostra de trabalhos dos alunos aberta a comunidade e alimentaram a elaboração do histórico da Escola.

Ainda de abril a maio nas reuniões pedagógicas e de formação foram trabalhados textos com embasamento legal para dar suporte à continuidade de elaboração do PPP. Usamos a Constituição, a LDB e Resoluções Estaduais e Municipais. E a partir destes materiais iniciamos os debates de construção do marco referencial, pensando nas perguntas a seguir Como é a realidade da escola? O que queremos alcançar? Como faremos para chegar ao que queremos alcançar?

Aqui o trabalho foi interrompido em razão de paralisações e uma greve municipal iniciada em 20 de maio, a qual a escola aderiu com participação de 90% dos professores, inviabilizando a continuidade.

O retorno às aulas se deu em 08 de junho e deste momento em diante ficou mais clara a resistência do grupo na elaboração do PPP, não conseguimos avançar nas reuniões pedagógicas e na formação ocorrida em 04 de julho trabalhamos o material para a formulação de questionário para os segmentos participarem do diagnóstico.

O diagnóstico ainda não ficou pronto, mas esta em desenvolvimento. E para garantir uma melhor participação do grupo de professores, mudamos de estratégia estudando o currículo e trazendo assuntos transversais a ele como inclusão, diversidade, racismo e preconceito, procurando agregar o grupo em procurar estratégias de aplicação que fiquem registradas em nosso PPP.

As ações seguem em curso, já que estamos construindo o PPP como um “mosaico”, retomando discussões já realizadas, sistematizando temáticas enfatizadas, enfim, buscando driblar as resistências e os obstáculos do tempo, sempre curto para o aprofundamento desejado.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Embora o trabalho de elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola tenha ficado atrasado, considerando o cronograma inicialmente previsto, aprendi muito no seu desenvolvimento e venho reforçar a importância da participação da comunidade escola na sua construção como diz Oliveira (2007). O PPP constituído com a participação coletiva dará um rosto, um sentido novo para esta comunidade escolar como aponta Caria(2011) e ainda como Franco(2005) esta é um tipo de (pesquisa) ação que não pode ser apressada, deve levar em conta a necessidade de elaboração e o tempo do grupo envolvido.

Outro aspecto a enfatizar é o sentido desse curso na minha trajetória de gestora. Como educadora tive a oportunidade de circular em vários setores que me permitiram ver aspectos diferentes do fazer escolar, tive maior contato com alunos suas aprendizagens, histórias de vida e famílias, depois como supervisora orientando as organizações pedagógicas, o envolvimento com professores, pais e alunos e também em parte com o administrativo da direção e secretaria escolar. Agora então como diretora, vejo uma abrangência maior da organização administrativo/pedagógico escolar em todos os aspectos. E o Curso Escola de Gestores contribuiu para o fortalecimento de minhas ações, proporcionando entendimento mais afinado das relações escolares e da importância da participação da comunidade escolar na Gestão Democrática.

A construção de um projeto político pedagógico e sua vivencia não é processo fácil, pois os acontecimentos escolares são dinâmicos nos fazendo a cada dia e a cada momento definir prioridades de funcionamento com aquilo que percebemos mais urgente e mesmo que saibamos o quanto o processo e construção do PPP na escola é importante e necessário para direcionar nossas ações acabamos por deixá-lo para depois. Isso dificulta ainda mais nossos afazeres, pois não discutimos adequadamente os caminhos que queremos e podemos seguir na solução dos problemas e nos desarticulamos, nossas ações ficam enfraquecidas. Pois a construção coletiva do PPP articula e compromete a todos respaldando o trabalho pedagógico.

A partir dessa vivência, que é sempre inacabada, mas que no caso avançou menos do que o planejado e o desejado, prosseguimos com os estudos de elaboração por entendermos que mesmo lentamente é de suma importância chegarmos a uma finalização de um documento que com certeza não será fechado, mas indicará os caminhos que a escola quer seguir para o desenvolvimento de alunos autônomos capazes de conviver em uma sociedade repleta de diversidades.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Elder dos Santos. MENDONÇA, Marcela Paula de. **Democracia e cotidiano escolar: a escola como possibilidade de participação**, 2013.

Disponível em:

<http://escolabompastor.weebly.com/uploads/1/2/5/7/12579111/democracia_e_cotidiano_escolar_-_a_escola_como_posibilidade_de_participacao.pdf> Acesso em: 30 de out. de 2015.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>

Acesso em: 30 de out. de 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lde.pdf>> Acesso em: 30 de out. de 2015.

CARBELLO, Sandra Regina Cassol; GALINA Irene de Fátima. **Instâncias Colegiadas: espaços de Participação na Gestão Democrática da Escola Pública**. 2007. Disponível em:

<www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1090-4.pdf> Acesso em: 15 fev. de 2015.

CARIA, Alcir de Souza. **Projeto Político Pedagógico em busca de novos sentidos**. São Paulo. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O DIREITO À EDUCAÇÃO: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em:

<http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/47/Biblioteca_Geral/Sala_V_-_FDE/Material_para_FDE_-_topicos_3_/Direito_a_educacao_Jamil_Cury.pdf>

Acesso em: 30 de out. de 2015.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FUCHS, Angela Maria Silva; FRANÇA, Maria Nani; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas**. Uberlândia: EDUFU, 2013.

GANDIM, Danilo. **Planejamento Como Prática Educativa**. São Paulo: Loyola, 1999, p.25-48 e 81-86.

GANDIM, Luis Armando. **Projeto Político- Pedagógico Construção Coletiva do Rumo da Escola**, 2006. Texto da sala ambiente Planejamento e Prática da Gestão em Educação. Disponível em:<http://aulasprofeneusa.pbworks.com/w/file/fetch/44840259/6_Gandin.pdf> Acesso em: 30 de out. de 2015.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Os conselhos escolares e a educação com qualidade social. In: Gestão democrática da Educação**. Brasília: MEC, Salto para o Futuro – TV Escola, Boletim 19, 2005;

MEDEIROS, Isabel Leticia de. LUCE, Maria Beatriz. **Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências**, 2006. Texto da sala ambiente Planejamento e Prática da Gestão em Educação. Disponível em: <http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo1/gd_concepcoes_vivencias.pdf> Acesso em: 30 de out. de 2015.

MONLEVADE, João. **O Conselho Municipal de Educação e o Plano Municipal de Educação. In: Gestão democrática da Educação**. Brasília: MEC, Salto para o Futuro – TV Escola, Boletim 19, 2005.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A Construção Coletiva do Projeto Político-Pedagógico(PPP) da Escola**,2005. Texto da sala ambiente Planejamento e Prática da Gestão em Educação.Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2_joao.pdf> Acesso em: 30 de out. de 2015

PARO, Vitor Henrique. **A estrutura da escola e prática educacional democrática**. In: 30ª Reunião Anual da Anped: 30 anos de pesquisa e compromisso social. Caxambú, 2007

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como fazer pesquisa-ação?**, s.d. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufrgs/file.php/47/Projeto_Vivencial/PV2-leituras/RICHARDSON_Como_fazer_Pesquisa_Acao.pdf> Acesso em: 30 de out. de 2015.

SILVA, Marcelo Soares pereira da. **Planejamento: Concepções**. Texto da sala ambiente Planejamento e Prática da Gestão em Educação. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5-sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u1_2.pdf> Acesso em: 30 de out. de 2015.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. (Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. Retratos da Escola**, Brasília: CNTE, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013.